

**A REPÚBLICA DO DESPROGRESSO: IMPRENSA, ESTIGMA E RACISMO
RELIGIOSO EM CURITIBA (1889-1930)**

Gabriel Sorrentino (gabrielssorrentino@id.uff.br)

Como os jornais participaram da definição pública do que poderia ser reconhecido como religião legítima e do que deveria ser tratado como superstição, feitiçaria ou ameaça à ordem? A comunicação apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em Antropologia que investiga a relação entre imprensa e racismo religioso em Curitiba, entre 1889 e 1925. O trabalho parte da compreensão de que os jornais não apenas registram acontecimentos: como instituições inseridas em relações de poder, selecionam fatos, atribuem significados e fazem circular classificações capazes de influenciar a maneira como grupos sociais e suas práticas são compreendidos.

A análise articula três perspectivas teóricas. A reflexão de Muniz Sodré sobre comunicação, mídia e relações raciais permite compreender a produção de sentidos como parte das disputas simbólicas que atravessam a sociedade brasileira. O conceito de estigma, de Erving Goffman, contribui para examinar como determinadas classificações desqualificam sujeitos e práticas sociais. Já Sidnei Nogueira, ao discutir racismo religioso contra as tradições de matriz africana, oferece ferramentas para compreender que a violência religiosa não

se limita à agressão física ou à manifestação individual de preconceito, envolve também a deslegitimação de conhecimentos, valores e modos de existência.

O argumento é desenvolvido a partir da análise documental da imprensa curitibana, com atenção às formas de nomear, criminalizar, ridicularizar e hierarquizar práticas religiosas. Um exemplo emblemático aparece na coluna “Notícias Frescas”, publicada pelo jornal “A República” em 15 de setembro de 1894. Ao denunciar o suposto “fanatismo da feitiçaria”, o texto associa práticas de cura e crenças espirituais à figura do “feiticeiro” e evoca, em tom de ameaça, as “grades de ferro” da cadeia. Em outra passagem, ironiza a noção de civilização ao escrever: “Oh! Felizes os pretos da África que não se chamam civilizados!”. A combinação entre ridicularização religiosa, referência ao aparato penal e hierarquização racial revela como o discurso jornalístico podia aproximar práticas religiosas não hegemônicas da criminalidade, enquanto apresentava determinados padrões de civilização como medida de valor social.

A leitura desse material permite investigar como categorias descritivas ou depreciativas participavam da produção de estigmas e da deslegitimação pública das religiões de matriz africana. Em vez de atribuir à imprensa, isoladamente, a origem da perseguição religiosa, a pesquisa examina sua participação na circulação e legitimação de representações articuladas a hierarquias raciais, religiosas e institucionais mais amplas. Ao aproximar Antropologia da mídia, história da imprensa e estudos sobre racismo religioso, a comunicação propõe discutir os jornais como agentes na disputa pelo reconhecimento social das religiões e dos conhecimentos que elas produzem.

Palavras-chave: imprensa; antropologia da mídia; estigma; intolerância religiosa; racismo religioso.